

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE LETRAS  
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LITERATURA

HIANDRO BASTOS DA SILVA

**POLÍTICAS E SUBJETIVIDADES DO NÃO HUMANO EM JULIO CORTÁZAR**

HIANDRO BASTOS DA SILVA

**POLÍTICAS E SUBJETIVIDADES DO NÃO HUMANO EM JULIO CORTÁZAR**

Projeto de dissertação apresentado à Coordenação de Pós-graduação em Estudos de Literatura, da Universidade Federal Fluminense – voltado à subárea Literaturas Estrangeiras Modernas (Hispanicas), como etapa eliminatória do processo de seleção para o Mestrado.

**Orientador (a): Prof. Dra. Livia Maria de Freitas Reis**

## RESUMO

Este estudo pretende investigar a presença do não humano na literatura de Julio Cortázar a partir da obra *Bestiário* (1951). Com base nas reflexões de Gabriel Giorgi, Giorgio Agamben, Félix Guattari, Gilles Deleuze e Michel Foucault, busca-se afirmar o animal em Cortázar como a instância que questiona o estatuto do humano, definido pela “máquina antropológica del humanismo” (AGAMBEN, 2006, p. 63), segundo critérios antropocêntricos, tendo em vista raça, etnia, sexualidade, linguagem, racionalidade e integridade genética. Nessa direção, constatar-se-á, no universo literário de Cortázar, o homem, vinculado a determinadas formas de indigência, posicionando-se frente à sua animalidade, não apenas para interrogar as tecnologias de poder sobre a vida, mas também para suscitar formas alternativas de sujeito. Em suma, observar-se-á a construção de novas economias, tanto de vida quanto de morte, novas gramáticas corporais e subjetividades além dos sujeitos – através do animal, na condição de signo virtual e agenciador de devires, constituindo, assim, territórios não cartografados do pós-humano.

**Palavras-chave:** Homem. Animal. Máquina antropológica. Julio Cortázar.

## 1. DELIMITAÇÃO DO TEMA

Julio Cortázar (1914-1984) é um dos escritores mais reconhecidos da Literatura argentina. Em sua obra, Cortázar explora linguagens, imagens e sentidos, desfazendo as estruturas tradicionais da percepção e sugerindo outras formas de ver e pensar o mundo. A obra de Cortázar, em sua maioria composta por contos, narra histórias aparentemente corriqueiras invadidas pelo insólito. Seus enredos impossibilitam a aplicação de entendimento pela lógica racionalista; os acontecimentos feéricos rompem a consciência plena de modo a remeter a obra ao Fantástico, modalidade literária preta de singularidades relativamente à técnica ficcional – da construção de multiversos sem explicações cartesianas, de estudos da psique, da construção de um discurso habilidosamente ambíguo, a críticas ao senso comum.

Destarte, tornou-se característico em Cortázar levar o discurso literário ao ponto de colapso, promovendo, assim, uma escrita autodestrutiva. Fato comprovado em sua tendência de fragmentar o discurso continuamente na narrativa, embora não o deixe incoerente, mas aluda sobre a incoerência. O autor produz um sentido para em seguida destruí-lo de modo a impregnar o leitor com a possibilidade de outros sentidos. Em *Obra crítica* (1998), o próprio Cortázar fala sobre a hipocrisia da linguagem que “[...] chegava a deformar o informulável para então fingir que o estava formulando [...]” (CORTÁZAR, 1998, p. 32). Isto é, a linguagem é usada para simular explicações a respeito do inexplicável, mantendo a realidade sob controle.

Sob esta formulação, Cortázar publica, em 1951, a obra *Bestiário*, cujo título faz alusão aos bestiários medievais, textos que tinham como objetivo classificar e catalogar animais reais ou imaginários, funcionando como um arquivo de informações prévias da animália conhecida. Ao apropriar-se do termo ‘bestiário’, Cortázar retira o animal do registro antropocêntrico, inserindo-o em suas narrativas como expressão da animalidade, que ameaça as cercanias da consciência humana. Assim, o “artefato animal” (GIORGI, 2016, p. 12) se manifesta nos contos de *Bestiário* de maneira invasiva, a sugerir o retorno daquilo que foi confinado pela razão.

*Bestiário* se inscreve, então, em uma linhagem literária cujo enfoque é justamente o não humano. Maria Esther Maciel (2016) reconhece como parte dessa linhagem todo texto que tenta explorar o universo zoo, afirmando que em Literatura sempre houve a busca pelo íntimo animal, porém de maneiras distintas. Os textos que enfatizam a presença animal são conhecidos contemporaneamente pelo termo “zoo-literatura” (2002, p. 72), como definiu

Jacques Derrida (1930-2004). Além disso, a zoo-literatura compõe um campo muito mais amplo, entendido hoje por Estudos Animais, cujo maior representante atualmente é o filósofo e etólogo Dominique Lestel, por meio do ensaio *As origens animais da cultura* (2001). Tais estudos possuem um caráter transdisciplinar, englobando áreas de estudos diversos como Zoologia, Etologia, Ecologia, Filosofia, Antropologia, Direito, Artes, Literatura, entre outras. Visam, assim, discutir a questão da animalidade para a construção de um saber alternativo sobre o mundo e sobre a humanidade, redefinindo as complexas relações entre o humano e o não humano.

As narrativas de *Bestiário* trazem à tona o animal por um viés diferente daquele tradicionalmente conhecido, que apresentava o animal formatado segundo a concepção humanista, meramente simbólico, como metáforas do humano e alegorias refletidas do pensamento racional. Ao contrário dessa abordagem, Cortázar coloca o animal como engrenagem principal da sua máquina narrativa, operando a desconstrução de uma realidade pautada por dicotomias e normativas antropocêntricas. Desse modo, inicia um processo de identificação e entrecruzamento entre homens e animais. *Bestiário* se destaca, portanto, por focalizar o animal fora da circunscrição do pensamento humanista, no sentido filosófico, ético, moral e racionalista, que lhe confere a objetivação temática referida acima. Visto isso, o prosador Cortázar adota o animal como o princípio estético e político a especular o corpo não como sede do indivíduo ou propriedade, mas sim, como um campo experimental em que as relações se convergem, postulando outras traduções do humano, semelhante ao que Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992) pensaram em termos do “devir” (1997, p. 1.731). Tal processo, que inaugura subjetividades além dos sujeitos, verificar-se-á também em outras obras deste autor argentino, caso exemplar, *Histórias de Cronópios e de Famas* (1962) e *Todos os fogos o fogo* (1966).

A questão animal, na ficção literária, revela-se fundamental para se compreender e questionar as técnicas de poder que exercem controle político sobre as vidas e determinam o destino dos corpos, de acordo com as reflexões de Michel Foucault (1975, 1976, 1979) e Giorgio Agamben (1995, 1996). Considerando isso, Gabriel Giorgi (2016) aproxima as discussões acerca do animal na Literatura e da biopolítica para interrogar a legitimidade das formas de vida reconhecíveis, fazendo dos estudos do animal na Literatura um espaço de debate “[...] onde se mobilizam as molduras de significação que fazem inteligível a vida como ‘humana’ [...]” (2016, p. 12). Deste modo, observa-se o animal escrito transformar-se em um signo vivo de contestação ao controle político responsável por distribuir os corpos e dar-lhes visibilidade. Nesta perspectiva, o animal emerge nas produções literárias como uma forma

instável, contrária aos critérios ordenadores, reinserindo-se na cultura como elemento primordial para a construção de novas políticas do viver e novas éticas do morrer. Observar-se-á, então, que os animais habitantes de *Bestiário* se apresentam com esse signo de contestação ao biopoder em virtude de uma indiferença às distribuições normativas dos corpos, representadas nas narrativas. Encontra-se, no mecanismo que Agamben chama de “máquina antropológica del humanismo” (2006, p. 63), relevante contribuição para o jogo biopolítico, haja vista que este conecta a articulação homem e animal ao paradigma vidas por preservar e vidas por desamparar – justamente a relação que os animais ficcionais de Cortázar colocam em perspectiva.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

As reflexões na contemporaneidade acerca do que determina a vida reconhecida como humana, empreendidas por Giorgio Agamben, Jacques Derrida, Maria Esther Maciel, entre outros teóricos, levam a crer que o homem é, em termos filosóficos, sociológicos e antropológicos, uma produção histórica, com base em critérios forjados por obra do pensamento racional. Compreende-se o humano, portanto, como um pressuposto da tradição antropocêntrica ocidental. Esse pressuposto é produzido em oposição ao animal através de marcações políticas (raça, etnia, sexualidade, linguagem, racionalidade, etc.), demarcando o material ideológico almejado pelo imaginário estatal. No entanto, a definição do estatuto do humano se revela cada vez mais controversa, exigindo uma revisão da sua especificidade.

Devido a esta problemática, presente na definição do conceito de humano, tornam-se pertinentes as discussões, que a presente pesquisa busca desenvolver. Com efeito, adentrar-se-á no gênero ficcional conhecido contemporaneamente pelo termo “zoo-literatura” (DERRIDA, 2002, p. 72), cujo escopo está em acessar o íntimo animal através da escrita, no intuito de sondar a animalidade e de imaginar outras traduções da humanidade. Embora esta linhagem literária, interessada no dialeticamente outro do homem, possua uma produção artística substancial, ainda é pouco explorada em âmbito acadêmico. Em face de tal realidade, procurar-se-á tecer relevantes contribuições a respeito da temática. Ademais, a presente pesquisa se constitui como um exercício de alteridade, possibilitando, por intermédio das figurações do não humano, as reflexões acerca do outro, em perspectiva filosófica e social.

Sob a perspectiva zoo-literária se revela comum observar o não humano demarcando os territórios da violência. Tais territórios representam a queda do ideal civilizatório do

humanismo, haja vista que neles o “especificamente humano” (GIORGI, 2016, p. 26) deixa de ser o índice daquilo que deve ser preservado e passa a estar completamente exposto à barbárie. Nesta composição, será possível evidenciar o declínio do Estado de direito por meio da figura do homem sem condição social, adjacente ao animal. Logo, verificar-se-ão os apontamentos, em questão, na obra de Julio Cortázar (1914-1984), sobretudo em *Bestiário* (1951), mediante a contiguidade entre homem e animal.

Nesta pesquisa, portanto, averiguar-se-á o modo pelo qual o não humano movimenta linguagens, imagens e sentidos na obra de Julio Cortázar. Nesse arranjo, o não humano funciona como engrenagens principais da máquina narrativa de Cortázar, operando a desconstrução do real ordinário – organizado por dicotomias e normativas, que atravessam as gramáticas corporais. Consequentemente, constatar-se-ão formas de vida que se iluminam e se potencializam reciprocamente à margem do ordenamento vigente, como resultado da construção de novas políticas e subjetividades.

### 1.3 OBJETIVOS

#### 1.3.1 Objetivo Geral

- Investigar a presença do não humano no universo literário de Julio Cortázar a partir dos contos de *Bestiário*, com auxílio das obras *Histórias de Cronópios e de Famas* e *Todos os fogos o fogo*.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar, à luz do pós-estruturalismo, o conceito de humano, que passa por uma crise na contemporaneidade, relacionando-o aos personagens vertiginosos de Julio Cortázar.
- Apurar as potências virtuais do animal cortaziano, que assediam as estruturas opressivas da realidade factual e reconfiguram as concepções de humanidade e animalidade para se alcançar novas economias de vida.
- Averiguar existências além do sujeito, por meio da multiplicidade deleuze-guattariana, em tela sobretudo nos contos de *Bestiário*.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A questão animal se faz presente no debate atual como uma forma de reflexão sobre as diversas relações de dominação nas sociedades contemporâneas. Suscitando discussões dessa natureza, a zoo-literatura<sup>1</sup> expõe constantemente o destrato para com a vida animal na cultura ocidental, contestando a autoridade do homem sobre o universo zoo – autoridade forjada pelo ideal antropocêntrico. Além disso, a zoo-literatura se dedica, também, à materialização daquilo que os animais provocam à consciência humana, conforme menciona Maria Esther Maciel no ensaio *Literatura e animalidade* (2016, p. 08):

Os animais, sob o olhar do humano, são signos vivos daquilo que sempre escapa a nossa compreensão. Radicalmente outros, mas também nossos semelhantes, distantes e próximos de nós, eles nos fascinam ao mesmo tempo que nos assombram e desafiam nossa razão. Temidos, subjugados, amados, marginalizados, admirados, confinados, comidos, torturados, classificados, humanizados, eles não se deixam, paradoxalmente, capturar em sua alteridade radical.

Na passagem, a teórica brasileira aponta o não humano como um grande enigma a ser desvendado. Embora o homem detenha o conhecimento acerca do corpo animal, ainda não lhe é possível acessar o íntimo animal – não enquanto sua consciência estiver integralmente ligada à lógica formal –, o que embarga acesso ao próprio interior de si. A animalidade se revela, portanto, inassimilável frente à racionalidade, permitindo-se ser experimentada pelos corpos, mas não compreendida pela razão. Imaginar-se além da racionalidade seria, portanto, uma forma pela qual o homem se tornaria capaz de desvendar não somente o animal, mas também a si mesmo.

Entende-se, então, que o resgate da animalidade não corresponde, para o humano, ao despojamento da sua humanidade. Significa a recuperação da memória do próprio homem, crucial para a construção da verdadeira humanidade. A reconstituição das relações entre humano e não humano passa por um processo sob tensão, segundo Maciel, uma vez que as fronteiras homem/animal são ambíguas e paradoxais. Contudo, os limites devem ser sustentados, haja vista as inegáveis diferenças entre ambas as naturezas.

---

<sup>1</sup> Os textos que enfatizam a presença animal são conhecidos contemporaneamente pelo termo “zoo-literatura”, como definiu Jacques Derrida (2002, p. 72).



O paradoxo, apontado pela teórica brasileira, aparece frequentemente nas produções contemporâneas da zoo-literatura. *Bestiário* incorpora esta controvérsia nas relações entre homem e animal. É possível verificar posturas repletas de dubiedade nos personagens errante das narrativas desenvolvidas por Cortázar. Ao mesmo tempo em que eles se opõem à lógica dicotômica da realidade, resignam-se a tal ordem. Constata-se, nos contos da obra supracitada, ora uma ameaça às fronteiras homem/animal, ora um esforço para preservá-las.

Encontram-se, ainda, em Giorgi, outras importantes postulações que ajudam a compreender a presença do animal não somente na escrita de Cortázar, mas também no arcabouço da Literatura Latino-Americana da atualidade. Esse teórico evidencia o deslocamento do “artefato animal” (GIORGI, 2016, p. 12) na cultura como um movimento decisivo para definir o novo papel do animal na contemporaneidade. Como resultado:

A vida animal abandona o âmbito dessa “natureza” que a torna inteligível e que a definia em sua contraposição à vida humana, social e tecnológica; a partir dali arrasta uma série muito vasta de distinções e oposições – natural/cultural, selvagem/civilizado, biológico/tecnológico, irracional/racional, vivente/falante, orgânico/mecânico, desejo/instinto, individual/coletivo etc. – que havia ordenado e classificado corpos e formas de vida, e haviam fundado éticas e políticas. (2016, p. 9-10).

Tal movimento denuncia uma tendência zoo-literária: o animal emerge nos espaços de poder, ameaçando a frágil civilidade do homem, criando agenciamentos e outras gramáticas corporais, em que as inscrições biopolíticas não se aplicam facilmente. Desenvolvem-se, nessas gramáticas, potências virtuais de multiplicidade, em tela não apenas em *Bestiário*, como ainda em *Histórias de Cronópios e de Famas* (1962) e *Todos os fogos o fogo* (1966). Assim, o pensamento de Giorgi se inscreve sem dificuldade ao estudo do imaginário literário cortaziano:

[...] o animal muda de lugar nos repertórios da cultura: a vida animal começará, de modos cada vez mais insistentes, a irromper no interior das casas, das prisões, das cidades; os espaços da política e do político verão emergir em seu interior uma vida animal para a qual não têm nome; sobretudo, ali onde se interroga os corpos, seus desejos, suas doenças, suas paixões, seu afetos, ali onde o corpo se torna um protagonista e um motor de investigações estéticas e a uma só vez horizonte de apostas políticas, despontará uma animalidade que já não poderá ser separada com precisão da vida humana. (2016, p. 08).

A máquina narrativa de Cortázar, em *Bestiário*, opera sob a lógica do deslocamento animal, pois, é comum a figura do não humano emergir no âmago da metrópole, ou seja, nos

espaços de direitos, levando as estruturas da realidade antropocêntrica ao colapso. Como efeito, o animal se encaminha não só ao centro dos espaços de poder, mas também ao centro do inconsciente humano, recolocando a animalidade na cultura e no interior do homem.

Consequentemente, essa mudança provoca o desbotamento da distância entre o universo humano e o universo animal, permitindo com que ambos habitem em um mesmo ordenamento político, ou em um mesmo corpo, emancipado da ordem individualizante. O animal sempre esteve próximo do humano, mas agora a aproximação acontece de modo diferente, pois promove “[...] uma desintegração da própria noção de identidade humana [...]” (MACIEL, 2016, p. 24), o que rompe com a relação dominado/dominante.

A alteração que aponta o teórico argentino é importante, sobretudo, para tornar visíveis as políticas que “[...] inscrevem e classificam corpos sobre ordenamentos hierárquicos e economias da vida e da morte – isto é: os ordenamentos biopolíticos que ‘produzem’ corpos e lhes atribuem lugares e sentidos num mapa social.” (GIORGI, 2016, p. 10). Considerando este entendimento, a presença do animal dismantela as hierarquias que se instalam entre corpos no bojo social, manifestando-se contra todo regime normativo. As produções reunidas em *Bestiário* concentram estes apontamentos para questionar a legitimidade das formas de vida definidas pelas tecnologias de poder, pensando a dicotomia homem e animal como reflexo do paradigma “vidas por proteger e vidas por abandonar” (GIORGI, 2016, p. 12), que precisa ser subvertido.

A biopolítica se refere a uma tecnologia de poder que ganha notoriedade após o nascimento do Estado moderno ocidental, tendo como a principal função efetuar a gestão política da vida em larga escala, bem como o controle individual dos corpos. Assim, executando-se por meio do biopoder, articulam-se formas diversas de regulamentar a população através de políticas centradas nos processos biológicos (natalidade, mortalidade, saúde e longevidade), efetivando o domínio sobre o corpo enquanto espécie. Em relação ao corpo enquanto indivíduo, o poder disciplinar, integrado à biopolítica, considera-o como máquina, controlando suas ações, de modo que reduza suas potências, e, por outro lado, eleve suas aptidões. Isso se realiza em ambientes de cárcere, caracterizados pela natureza panóptica, como escolas, quartéis, fábricas, penitenciárias, hospitais e manicômios. Utilizando-se dessas práticas, o Estado exerce controle sobre as vidas dos corpos, condicionando-os às normativas sociais, garantindo, portanto, o direito à vida, porém, também, o poder para determinar a morte.

A respeito desta discussão sobre as políticas do contemporâneo, no curso intitulado *Em defesa da sociedade*, transformado em livro em 1976, Michel Foucault apresenta as primeiras

reflexões acerca da biopolítica, e comprova a sua efetivação na modernidade, compreendendo a vida dos corpos como o alvo principal dessa tecnologia de poder. Desse modo, as sociedades de controle buscam a normatização dessas vidas, adequando-as conforme as exigências, e as tornando passíveis de proteção ou de abandono. Isso decorre das constantes fraturas sociais, realizadas no intuito de aplicar nos corpos a fórmula voltada ao “fazer viver e em deixar morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 294). Logo, essa política de controle institui uma distribuição normativa que classifica e hierarquiza os corpos, elegendo aos quais se destinam direitos ou exclusões, e a partir disso se desenvolvem os meios capazes de produzir o bem-estar biológico e social.

O “fazer viver”, porém, corrobora a legitimação da violência sobre os corpos que representam ameaças à herança genética da nação. Nesses corpos, estão inscritas marcações políticas específicas (raça, classe, gênero, etc.), que traçam o limiar da vida irreconhecível, contra a qual o biopoder procura investir. Torna-se relevante pontuar que, no regime biopolítico, a vida se desatrela do referencial natural e ontológico, expressando-se fundamentalmente como um conceito jurídico-político. Em tal conceito, então, o aspecto matável reside latente, e por esse aspecto se possibilita ao biopoder dar cabo de determinadas vidas, sem grandes implicações, cumprindo a designação do “fazer viver”.

Em *Lo abierto: el hombre y el animal* (2002), Agamben se dedica a refletir sobre a polarização entre humanidade e animalidade, interpretada pelo filósofo italiano como a raiz de todos os conflitos. Nesse panorama, Agamben elabora o conceito de máquina antropológica: mecanismo que produz o homem em oposição ao animal, partindo de uma noção prévia de ambos. Visto isso, o material, deixado para fora desta produção do humano, resulta no não humano, ou “inhumano,” (2006, p. 75), expresso como uma linha de indeterminação: “[...]suspendido entre una naturaliza celeste y una terrena, entre lo animal y lo humano [...]” (AGAMBEN, 2006, p. 63). Então, será de competência da máquina antropológica excluir e, ao mesmo tempo, capturar esse inumano. Existiram variadas versões da máquina antropológica ao longo da história, funcionando de maneiras diversas, porém, com a mesma finalidade: separar a vida humana da vida animal dentro do próprio humano.

Agamben investiga este mecanismo determinante para a cultura e os costumes do Ocidente, responsável por propagar o ideal civilizatório e a primazia do homem sobre o animal. Destacam-se, assim, distinções que legitimam a vida reconhecida como humana, tendo em vista raça, etnia, sexualidade, linguagem, racionalidade e integridade genética. Considerando esse conjunto de aspectos, a biopolítica utiliza a máquina antropológica da modernidade para executar com precisão seus princípios dicotômicos:

[...] está en juego la producción de lo humano mediante la oposición hombre/animal, humano/inhumano, la máquina funciona necesariamente mediante una exclusión (que es también y siempre ya una captura) y una inclusión (que es también y siempre ya una exclusión). Precisamente porque lo humano está, en efecto, siempre ya presupuesto, la máquina produce en realidad una especie de estado de excepción, una zona de indeterminación en la que el afuera no es más que la exclusión de un adentro y el adentro, a su vez, tan solo la inclusión de un afuera. (AGAMBEN, 2006, p. 75).

Essa dinâmica, no entanto, leva a crer que a articulação entre homem e animal não é o objetivo principal da máquina antropológica em tempos biopolíticos. O que se busca, por meio dela, efetivamente, é transformar o corpo não humano em um campo de decisões soberanas. Neste sentido, a presente investigação enfatizará o cruzamento da questão animal com a biopolítica para revelar o momento em que ocorre essa transformação. Assim, a divergência entre forma humana e conceito humano, em tela nos contos de *Bestiário*, comunicam sobre “[...] figuras de un animal con formas humanas [...]” (AGAMBEN, 2006, p. 76), o que é basilar para a definição do inumano. Em perspectiva filosófica, sociológica e antropológica, incluem-se nessa condição judeus, negros, indígenas, estrangeiros, loucos, entre outros segmentos minoritários.

A oposição homem/animal encontra uma interessante correspondência com os vocábulos “bíos” e “zoé”, empregados por Agamben na obra *Meios sem fim: notas sobre a política* (1996). Tais termos, provenientes da Antiguidade, eram usados pelos gregos para se referirem ao conceito de vida. Contudo, em razão de não haver uma terminologia na língua grega para designar a dimensão do significado da palavra ‘vida’, empregavam as expressões “bíos” e “zoé”, para constituir uma totalidade conceitual: bíos se relaciona à vida qualificada e reconhecível, passível de ser protegida; por seu turno, zoé se relaciona à vida desqualificada e irreconhecível, passível de ser abandonada. A vida, então, distribui-se nos corpos mediante estas duas palavras, que se coordenam entre si para um sentido global:

[...] o que se lê nessas operações do pensamento biopolítico é uma lógica de distinções ou cesuras que trabalham sobre uma premissa fundamental: corpo e subjetividade nunca se sobrepõem, do mesmo modo que população e cidadania tampouco coincidem: os modos do poder, diz a biopolítica, passam justamente por esse excesso, isso irrepresentável, inassimilável, o resto que é a linha de sombra dos corpos, o que não termina de ser individuado, identificado e humanizado, porque é em torno desse limite que se geram as decisões entre o fazer viver e o abandono, entre as vidas por proteger e as vidas por desamparar. Essa linha é a que se traça sistematicamente a partir do animal, do animalizado e da vida animal como seu ponto de tensão, de exterioridade. (GIORGI, 2016, p. 22).

A perspectiva ontológica, sobre a problemática divisão homem/animal, definiu o “especificamente humano” (GIORGI, 2016, p. 26) como construção histórica pelo apagamento do animal. Desse modo, tal separação se tornou crucial para o empreendimento civilizatório do humanismo. Porém, ao adentrar no arbitrário jogo biopolítico, a cultura passou a perceber esta divisão homem/animal como a diferença entre “[...] vidas reconhecíveis e legíveis socialmente, e vidas opacas à ordem jurídica da comunidade.” (GIORGI, 2016, p. 27). Resgatam-se, assim, os vocábulos *bíos* e *zoé* na contemporaneidade para indicar vidas por proteger e vidas por abandonar, respectivamente.

Seria presumível associar a vida humana ao *bíos* como sendo digna de direitos, e a vida animal ao *zoé*, suscetível a exclusões, haja vista a tradição antropocêntrica fortemente presente no registro da realidade ocidental. No entanto, a questão não se deixa resumir de maneira simples, pois esta díade (*bíos* e *zoé*) começa a disputar a todo o momento o próprio homem. Neste sentido, basta pensar-se na figura inumana do escravo, ou do bárbaro, considerada pela máquina antropológica um animal humanizado, para se compreender que a vida humana não é índice absoluto do *bíos*, de algo que deve ser preservado.

Frequentemente, a ficção literária coloca em perspectiva a vida abandonável, denunciando os diferentes modos pelos quais o homem se torna a substância biopolítica invisível na esfera jurídica. Por conseguinte, a distância entre homem e animal perde nitidez, no sentido ético, permitindo com que os atos violentos do biopoder se apliquem indistintamente em ambos. À vista disso, entende-se que, no âmbito do *zoé*, não se discrimina a natureza de um corpo; o homem é reduzido ao mesmo grau de vulnerabilidade do animal. Então, o artefato animal surge nas produções literárias atuais não como uma força animalizante, enlaçando os indivíduos sem condição social, mas como uma potência viva, que conjuga intensidades, afetos e desejos, para questionar os processos que fazem visíveis a vida que conta como *bíos*:

Por que este deslocamento nas retóricas da cultura em torno do animal é chave para o pensamento biopolítico? Porque, por um lado, evidentemente, nos permite interrogar, a partir das gramáticas formais da cultura – os modos como a cultura dá forma ao real – a evidência do humano: os modos como “humano” se faz legível e reconhecível socialmente [...]. (GIORGI, 2016, p. 27).

As distribuições homem/animal, *bíos/zoé*, não têm outro fim senão o gerenciamento da vida em sua totalidade, bem como a transformação do corpo vivo em um projeto de

absoluta dominação. Com essa finalidade, as práticas divisórias do biopoder criam um complexo sistema de classificações e hierarquias, que corroboram o controle normativo do ordenamento político. Contudo, a linha de indeterminação entre humano e não humano, criada nesse processo, com auxílio da máquina antropológica, não reconcilia humanidade e animalidade. O escopo dessa estrutura ideológica é produzir uma realidade em que a violência aplicada sobre os corpos seja incondicional. Com esta compreensão, retorna-se ao paradoxo mencionado por Maciel (2016), posto que existam implicações éticas, jurídicas e políticas ao se abolir completamente as diferenças entre homem e animal, que contribuem exclusivamente para a desumanização do homem em regimes autoritários. Para se imaginar o desvelamento das fronteiras opressivas entre humano e não humano se deve, portanto, neutralizar o poder que atravessa os corpos e as subjetividades da era contemporânea.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Lo abierto: el hombre y el animal*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CORTÁZAR, J. *Bestiário*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Histórias de Cronópios e de Famas*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Todos os fogos o fogo*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Obra Crítica*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1998. v. 1.
- \_\_\_\_\_. *Obra Crítica*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1999. v. 2.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995. v. 1.
- \_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995. v. 2.
- \_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 3.
- \_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 4.
- \_\_\_\_\_. *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DERRIDA, J. *O animal que logo sou*. São Paulo: Unesp, 2002.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Gallimard, 1988. v. 1.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *O sujeito e o poder*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GIORGI, G. *Formas comuns: animalidade, literatura e biopolítica*. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

LESTEL, D. *As origens animais da cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MACIEL, M. E. *Literatura e animalidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ROAS, D. *A ameaça do fantástico*. São Paulo: Unesp, 2013.

TODOROV, T. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 2007.